

# SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Resolução CNJ n. 207/2015



2017



PODER JUDICIÁRIO



CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



## Conselho Nacional de Justiça

---

<b>Presidente</b>	Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha
<b>Corregedor Nacional de Justiça</b>	Ministro João Otávio de Noronha
<b>Conselheiros</b>	Ministro Aloysio Corrêa da Veiga Maria Iracema Martins do Vale Márcio Schiefler Fontes Daldice Maria Santana de Almeida Fernando César Baptista de Mattos Rogério José Bento Soares do Nascimento Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior André Luiz Guimarães Godinho Valdetário Andrade Monteiro Maria Tereza Uille Gomes Henrique de Almeida Ávila
<b>Secretário-Geral</b>	Júlio Ferreira de Andrade
<b>Diretora-Geral</b>	Julhiana Miranda Melloh Almeida
<b>Departamento de Pesquisas Judiciárias</b>	
<b>Diretora Executiva</b>	Maria Tereza Aina Sadek
<b>Diretora de Projetos</b>	Fabiana Luci de Oliveira
<b>Diretora Técnica</b>	Gabriela de Azevedo Soares
<b>Pesquisadores</b>	Danielly Queiros Igor Stemler Lucas Delgado Rondon de Andrade
<b>Estatísticos</b>	Filipe Pereira Davi Borges Jaqueline Barbão
<b>Apoio à Pesquisa</b>	Alexander da Costa Monteiro Pâmela Tieme Aoyama Pedro Amorim Ricardo Marques Thatiane Rosa
<b>Estagiária</b>	Doralice Pereira de Assis
<b>Diagramação/Capa</b>	Ricardo Marques

Brasil. Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Saúde de magistrados e servidores: Resolução CNJ n. 207/2015 / Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2017

33 p. : il. color.

I Poder Judiciário - estatística - Brasil. II Administração pública - estatística - Brasil.

CDD-341.412

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2. METODOLOGIA</b>	<b>6</b>
2.1 Índice de absenteísmo-doença e Índice de realização do EPS	7
2.2. Gestão do absenteísmo por doença e Gestão dos Exames Periódicos	8
2.3. Classificação Internacional de Doenças – CID	8
<b>3. AVALIAÇÃO DA ABSTENÇÃO POR MOTIVO DE SAÚDE</b>	<b>10</b>
<b>4. REALIZAÇÃO DOS EXAMES PERIÓDICOS DE SAÚDE</b>	<b>19</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>23</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>25</b>
<b>APÊNDICE 1 – Índice de absenteísmo por tribunal</b>	<b>25</b>
<b>APÊNDICE 2 – Índice de realização do EPS por tribunal</b>	<b>29</b>
<b>APÊNDICE 3 – Absenteísmo por doença em 2016</b>	<b>32</b>



# 1. INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, em 15 de outubro de 2015, a Resolução CNJ nº 207, que instituiu a **Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário**<sup>1</sup>. O objetivo da política é zelar pelas condições de saúde dos membros do Poder Judiciário. Para tanto, definiu-se os princípios, diretrizes e estratégias para a implementação de programas, projetos e ações institucionais voltados à promoção e à preservação da saúde física e mental dos servidores e magistrados.

Em 2017, a política completa dois anos de vigência. Para subsidiar uma gestão mais eficiente dos recursos e instrumentalizar a transparência dos dados, foi realizado levantamento dos indicadores e informações definidos no anexo da Resolução CNJ nº 207/2015.

O objetivo deste relatório é sistematizar os dados estatísticos relativos à situação de saúde dos magistrados e servidores do Poder Judiciário em 2016. O relatório está organizado em três seções: metodologia, avaliação da abstenção por motivo de saúde e realização dos Exames Periódicos de Saúde (EPS).

A seção **Avaliação da abstenção por motivo de saúde** apresenta o percentual de magistrados e servidores que estiveram ausentes no ano, por ramo de Justiça. O motivo da abstenção, isto é, a doença que levou à ausência. São apresentadas tanto as doenças mais expressivas nas abstenções de 2016, quanto as categorias de doenças mais significativas.

A seção **Realização dos Exames Periódicos de Saúde (EPS)** traz o percentual de magistrados e servidores que realizaram o EPS em 2016 bem como as doenças e categorias de doenças mais representativas nos exames periódicos.

---

<sup>1</sup> Resolução CNJ n. 207/2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3011>>.

## 2. METODOLOGIA

A Resolução CNJ nº 207/2015 determina em seu art. 13 que os tribunais encaminhem anualmente ao CNJ os dados estatísticos necessários ao cálculo dos índices e informações definidos no Anexo da Resolução. Foram estabelecidos quatro indicadores e quatro informações:

- Indicador 1 - Índice de absenteísmo-doença - Magistrados;
- Indicador 2 - Índice de absenteísmo-doença - Servidores;
- Indicador 3 - Índice de realização de exame periódico - EPS Magistrados;
- Indicador 4 - Índice de realização de exame periódico - EPS Servidores;
- Informação 1 - Gestão do absenteísmo por doença - Magistrados;
- Informação 2 - Gestão do absenteísmo por doença - Servidores;
- Informação 3 - Gestão dos exames periódicos - Magistrados;
- Informação 4 - Gestão dos exames periódicos - Servidores.

Os indicadores buscam aferir o percentual de absenteísmo-doença e o percentual de realização do exame periódico de saúde (EPS), por servidor e por magistrado. As informações 1 e 2 trazem os motivos que levaram às ausências no trabalho, caracterizadas pelos códigos CID - Classificação Internacional de Doenças. As informações 3 e 4 tratam da ocorrência das doenças registradas nos exames periódicos, também por servidor e por magistrado.

Há uma relação entre os indicadores 1 e 2 e as informações 1 e 2, que tratam de abstenção, assim como entre os indicadores 3 e 4 e as informações 3 e 4, que tratam do EPS. Dessa forma, os dados concentram-se em duas seções no relatório: abstenção por motivo de saúde e Exame Periódico de Saúde.

Os dados são informados pelos tribunais por meio do **Sistema de Questionários do CNJ (Módulo Saúde)**<sup>2</sup> no período de 10 de janeiro a 28 de fevereiro, e são recebidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), órgão responsável por tratar e sistematizar as informações enviadas pelos tribunais.

Na primeira coleta de dados, relativa ao ano-base 2015, 75 tribunais responderam ao questionário, correspondendo a um índice de participação de 83,3%<sup>3</sup>. Já na segunda coleta de dados, relativa ao ano-base 2016, 76 tribunais enviaram os questionários, um índice de participação de 84,4%<sup>4</sup>. Para cálculo do índice de participação foi considerado o envio do questionário, mesmo com informações incompletas.

O relatório reúne informações de todos os órgãos do Judiciário brasileiro, excluídos o Supremo Tribunal Federal e os Conselhos de Justiça. Os dados estão agrupados por ramo de Justiça, a saber: Tribunais Superiores, Justiça Estadual, Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar Estadual. Os dados por tribunal podem ser consultados nos apêndices deste relatório.

2 Sistema Nacional de Questionários do CNJ - [www.cnj.jus.br/corporativo](http://www.cnj.jus.br/corporativo). Módulo Saúde.

3 Tribunais que não enviaram os dados do ano-base 2015: TSE; TJAC; TJRN; TJRO; TRT16; TRF1; TRE-AC; TRE-AP; TRE-AM; TRE-BA; TRE-MA; TRE-PR; TRE-RO; TRE-RN; TRE-RR.

4 Tribunais que não enviaram os dados do ano-base 2016: TSE; TJPI; TJPR; TJSE; TRT8; TRT15; TRT16; TRT22; TRE-AC; TRE-AM; TRE-BA; TRE-PI; TRE-PR; TRE-RR.

## 2.1 ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO-DOENÇA E ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DO EPS

O **índice de absenteísmo-doença** (indicadores 1 e 2) mede o percentual de ausências por motivo de doença. As faltas são computadas tanto para tratamento da própria saúde, quanto para tratamento de familiar.

Pode-se compreender o índice de absenteísmo-doença como o percentual de magistrados ou servidores que estiveram ausentes durante o ano por motivo de saúde. O indicador é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Índice de absenteísmo doença} = \frac{\text{Dias de ausência por motivo de saúde (própria ou de familiar)}}{365 \text{ dias} \times \text{Total de Magistrados ou Servidores no final do período}} \%$$

O número de dias de ausência dividido por 365 dias representa a quantidade de magistrados ou servidores afastados durante o ano inteiro de suas funções por motivo de saúde, que dividido pelo total de magistrados ou servidores corresponde ao percentual da força de trabalho que esteve fora do trabalho por motivo de saúde.

O **índice de realização de Exame Periódico de Saúde** (indicadores 3 e 4) mede o percentual de magistrados ou servidores que realizaram o exame periódico em relação ao total de magistrados ou servidores ativos.

A Resolução CNJ nº 207/2015 esclarece que o EPS contempla pelo menos avaliação clínica, com aplicação pelos profissionais de saúde do princípio da integralidade, anamnese e exame físico, averiguação de hábitos de vida como atividade física ou sedentarismo (índice de massa corpórea), uso de tabaco e álcool, medicamentos de uso contínuo e qualidade do sono (insônia, sonolência diurna, etc.).

Para apresentação do indicador considerou-se duas faixas etárias: até 45 anos e acima de 45 anos de idade. Tal distribuição considerou o estabelecido no Decreto nº 6.856/2009<sup>5</sup>, que dispõe sobre os exames médicos periódicos e determina a realização do exame periódico a cada dois anos para servidores com até 45 anos de idade e anualmente para aqueles acima de 45 anos de idade. O indicador é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$\text{EPS} = \frac{\text{Número de Magistrados ou Servidores que realizaram o exame periódico}}{\text{Número Total de Magistrados ou Servidores no final do período}} \%$$

<sup>5</sup> Decreto nº 6.856/2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6856.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6856.htm)>.

## 2.2. GESTÃO DO ABSENTEÍSMO POR DOENÇA E GESTÃO DOS EXAMES PERIÓDICOS

A **Gestão do absenteísmo por doença** e a **Gestão dos Exames Periódicos** sistematizam a ocorrência das doenças registradas nas ausências e nos Exames Periódicos de Saúde, respectivamente, por meio do código CID 10 (Classificação Internacional de Doenças).

O objetivo da **Gestão do absenteísmo por doença** (informações 1 e 2) é verificar quais doenças são mais frequentes nas licenças por motivo de saúde. Enquanto a **Gestão dos Exames Periódicos** (informações 3 e 4) busca verificar quais doenças são mais recorrentes nos Exames Periódicos de Saúde.

## 2.3. CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS – CID

Enquanto os **Indicadores** trazem informações quantitativas das abstenções e do Exame Periódico de Saúde (EPS), as **Informações** buscam verificar o motivo, ou seja, a doença que levou à ausência, ou, as patologias registradas no EPS. Dessa forma, para facilitar a identificação das doenças, os tribunais informam ao CNJ o código CID-10 das doenças registradas tanto nas ausências quanto nos exames periódicos.

A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – designada pela sigla CID-10 – traduz diagnósticos de doenças e outros problemas de saúde em um código alfanumérico<sup>6</sup>. O código consiste em uma letra seguida de três números, totalizando quatro caracteres. A letra representa a categoria na qual a doença foi classificada e os três números especificam o conteúdo da categoria.

A classificação está organizada em 22 capítulos e cada categoria/letra está associada a um capítulo da CID:

- Capítulo 1: Algumas doenças infecciosas e parasitárias. **A00-B99**
- Capítulo 2: Neoplasias [tumores]. **C00-D48**
- Capítulo 3: Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários. **D50-D89**
- Capítulo 4: Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas. **E00-E90**
- Capítulo 5: Transtornos mentais e comportamentais. **F00-F99**
- Capítulo 6: Doenças do sistema nervoso. **G00-G99**
- Capítulo 7: Doenças do olho e anexos. **H00-H59**
- Capítulo 8: Doenças do ouvido e da apófise mastoide. **H60-H95**
- Capítulo 9: Doenças do aparelho circulatório. **I00-I99**

<sup>6</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Cid-10: Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1999. 1 v.

- Capítulo 10: Doenças do aparelho respiratório. **J00-J99**
- Capítulo 11: Doenças do aparelho digestivo. **K00-K93**
- Capítulo 12: Doenças da pele e do tecido subcutâneo. **L00-L99**
- Capítulo 13: Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo. **M00-M99**
- Capítulo 14: Doenças do aparelho geniturinário. **N00-N99**
- Capítulo 15: Gravidez, parto e puerpério. **O00-O99**
- Capítulo 16: Algumas afecções originadas no período perinatal. **P00-P96**
- Capítulo 16: Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas. **Q00-Q99**
- Capítulo 18: Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte. **R00-R99**
- Capítulo 19: Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas. **S00-T98**
- Capítulo 20: Causas externas de morbidade e de mortalidade. **V01-Y98**
- Capítulo 21: Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde. **Z00-Z99**
- Capítulo 22: Códigos para propósitos especiais. **U00-U99**

### 3. AVALIAÇÃO DA ABSTENÇÃO POR MOTIVO DE SAÚDE

É necessário compreender o **Índice absenteísmo-doença** como reflexo do estado de saúde não somente a partir das condições de trabalho, mas também do contexto social, estilo de vida e predisposições genéticas. Sala et al. (2009)<sup>7</sup> afirmam que nem sempre é possível estabelecer o nexo causal entre trabalho e adoecimento. Tanto por causa da inseparabilidade da “vida social” da “vida laboral”, quanto pela complexidade das relações que compõem a organização do trabalho.

A **Tabela 1** reúne os dados relativos ao índice de absenteísmo-doença por ramo de Justiça, de acordo com o perfil (magistrado ou servidor) e por ano-base. A tabela traz, ainda, a variação entre os dois anos: utilizou-se a seta  para ilustrar o aumento e a seta  para ilustrar a diminuição do índice.

**Tabela 1** - Índice de absenteísmo-doença em 2015 e 2016<sup>8</sup>

	Magistrados			Servidores		
	2015	2016	Variação em pontos percentuais	2015	2016	Variação em pontos percentuais
Estadual	1,4%	1,4%	 0,01	1,5%	1,9%	 0,34
Trabalho	1,9%	2,4%	 0,46	2,3%	2,5%	 0,25
Federal	0,8%	0,9%	 0,05	2,8%	2,8%	 0,04
Eleitoral				2,4%	2,3%	 -0,05
Superiores	2,7%	0,8%	 -1,82	2,7%	2,4%	 -0,30
Militar	0,9%	2,5%	 1,60	1,7%	2,3%	 0,56
<b>Total</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,6%</b>	 <b>0,08</b>	<b>1,8%</b>	<b>2,1%</b>	 <b>0,30</b>

Observa-se que à exceção dos Tribunais Superiores, todos os demais segmentos de Justiça apresentaram leve aumento nos percentuais de absenteísmo-doença de magistrados em 2016. O índice de absenteísmo de servidores também registrou crescimento, ainda que pequeno, na maioria dos segmentos de Justiça, exceto na Justiça Eleitoral e Tribunais Superiores.

Os Tribunais Superiores apresentaram o menor índice de absenteísmo-doença de magistrados em 2016, sendo o único segmento em que foi verificada redução no indicador. Já o maior índice de absenteísmo-doença foi observado na Justiça Militar, com 2,5%.

No comparativo dos índices de absenteísmo-doença dos servidores por segmento de Justiça, nota-se o menor índice na Justiça Estadual, com 1,9%, e o maior na Justiça Federal, com 2,8%.

7 SALA, Arnaldo; et al. Licenças médicas entre trabalhadores da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo no ano de 2004. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 2168-2178, out. 2009.

8 O índice de absenteísmo-doença de magistrados da Justiça Eleitoral não foi calculado devido à particularidade de o segmento não possuir quadro de magistrados próprio.

Considerando os dias de afastamento por motivo de saúde em 2016, a perda na força de trabalho no Poder Judiciário correspondeu a um índice de absenteísmo-doença de 1,6% para magistrados e 2,1% para servidores. Considerando os 15.315<sup>9</sup> cargos providos de magistrados em 2016, cada magistrado ativo em 2016 se ausentou por 6 dias no ano.

Quanto aos servidores, levando em conta os 232.638<sup>10</sup> cargos providos, o índice de 2,1% significa que cada servidor se ausentou por aproximadamente 8 dias em 2016.

Em 2016, o TJAC foi o tribunal que apresentou o maior índice de absenteísmo-doença de magistrados, com 20%<sup>11</sup>. O menor índice foi verificado no TRT 18, com percentual de 0,1%. O maior percentual de absenteísmo-doença de servidores foi observado no TJBA, com 6,3% e o menor no TJMS, com um índice de 0,1%.<sup>12</sup>

Na **Figura 1** são apresentadas as trinta doenças mais representativas nas ausências registradas em 2016. Cada categoria de doenças da CID está representada na figura por uma cor diferente, permitindo observar as categorias mais expressivas. Como dito anteriormente, as categorias são representadas pela letra (primeiro caractere) do código CID 10.

O principal motivo que levou magistrados e servidores à ausência no trabalho foi a utilização de serviços de saúde (CID **Z76 - Pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias**). Em 2016, foram informadas 11.901 ocorrências, o que corresponde a 7,9% do total de ausências.

A segunda causa mais expressiva que levou à ausência de magistrados e servidores foram as “dores na coluna” (CID **M54 - Dorsalgia**), com 7.193 ocorrências, ou 4,8% do total. O período de recuperação após uma doença ou cirurgia aparece como o terceiro maior motivo para as ausências (CID **Z54 – Convalescença**), com 5.413 ocorrências, o que corresponde a 3,6% do total de ausências.

O quarto motivo que mais levou às ausências está relacionado ao CID **A09 - Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível**, com 4.665 ocorrências e representando 3,1% do total.<sup>13</sup> Os quatro códigos CID representam juntos 19,4% do total de ocorrências.

O código CID **Z76 - Pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias** se subdivide em:

- Z76.0 Emissão de prescrição de repetição: emissão de receita já prescrita para aparelho, medicamento, óculos.
- Z76.1 Supervisão e cuidado de saúde de crianças assistidas.
- Z76.2 Supervisão de cuidado de saúde de outras crianças ou recém-nascidos saudáveis.

9 O quantitativo de 15.315 cargos difere do “Relatório Justiça em Números 2017”, pois somente estão considerados neste relatório os magistrados dos tribunais que prestaram informação de absenteísmo.

10 O quantitativo de 232.638 cargos difere do “Relatório Justiça em Números 2017”, pois somente estão considerados neste relatório os servidores dos tribunais que prestaram informação de absenteísmo.

11 Dados confirmados pelo tribunal em 31 de maio de 2017.

12 O índice de absenteísmo-doença por tribunal pode ser consultado no Apêndice 1.

13 A listagem das trinta doenças mais representativas nas abstenções de 2016 consta no Apêndice 3.

- Z76.3 Pessoa em boa saúde acompanhando pessoa doente.
- Z76.4 Outros pensionistas em estabelecimentos de cuidados de saúde.
- Z76.5 Pessoa fingindo ser doente [simulação consciente].
- Z76.8 Contatos com serviços de saúde por outras circunstâncias especificadas.
- Z76.9 Pessoa em contato com serviços de saúde em circunstâncias não especificadas.

**Figura 1** – Quadro das ocorrências de afastamento segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID 10) em 2016

Z76 – Pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias		Z00 – Exame geral e investigação de pessoas sem queixas ou diagnóstico relatado	F41 – Outros transtornos ansiosos		F32 – Episódios depressivos
		Z01 – Outros exames e investigações especiais de pessoas sem queixa ou diagnóstico relatado	F43 – "Reações ao "stress" grave e transtornos de adaptação"	F33 – Transtorno depressivo recorrente	
Z54 – Convalescença				F31 – Transtorno afetivo bipolar	
J01 – Sinusite aguda	J11 – Influenza [gripe] devida a vírus não identificado	J06 – Infecções agudas das vias aéreas superiores de localizações múltiplas e não especificadas	A09 – Diarréia e gastroenterite de origem infecciosa presumível		A90 – Dengue [dengue clássico]
J00 – Nasofaringite aguda [resfriado comum]	J03 – Amigdalite aguda	J02 – Faringite aguda			H10 – Conjuntivite
M54 – Dorsalgia	M75 – Lesões do ombro	M65 – Sinovite e tenossinovite	R10 – Dor abdominal e pélvica	I10 – Hipertensão essencial (primária)	K08 – Outros transtornos dos dentes e de suas estruturas de sustentação
	M25 – Outros transtornos articulares não classificados em outra parte	M51 – Outros transtornos de discos intervertebrais	B34 – Doenças por vírus	G43 – Enxaqueca	S93 – Luxação
				C50 – Neoplasia maligna da mama	

- |  |  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>■ A - Doenças infecciosas e parasitárias</li> <li>■ B - Doenças infecciosas e parasitárias</li> <li>■ C - Neoplasias (Tumores)</li> <li>■ F - Transtornos mentais e comportamentais</li> <li>■ G - Doenças do sistema nervoso</li> <li>■ H - Doenças do olho e anexos, do ouvido e da apófise mastoide</li> <li>■ I - Doenças do aparelho circulatório</li> <li>■ J - Doenças do aparelho respiratório</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>■ K - Doenças do aparelho digestivo</li> <li>■ M - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo</li> <li>■ R - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra categoria</li> <li>■ S - Lesões, envenenamento e consequências</li> <li>■ Z - Fatores que influenciam o estado de saúde e contato com serviços de saúde</li> </ul> |
|--|--|

A **Tabela 2** apresenta a quantidade de afastamentos por categoria de doenças da CID e os percentuais em relação ao total de ocorrências por ramo de Justiça. O objetivo é apresentar as categorias de doenças mais significativas responsáveis pelas ausências para tratamento de saúde em 2016. Essa sistematização permite uma melhor visualização das potenciais áreas de atuação dos programas e ações voltados à promoção da saúde física e mental dos servidores e magistrados.

É possível observar que as ocorrências se concentram nas categorias de doenças Z, M, J e F, que representam juntas 55,8% do absenteísmo por motivo de doença. A utilização de serviços de saúde (categoria Z), embora não deixe explícito o motivo do afastamento por não se relacionar diretamente a sinais e sintomas, é o motivo mais expressivo nas ausências de 2016.

Na sequência, as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo são as mais comuns. Em terceiro lugar aparecem doenças do aparelho respiratório. Os transtornos mentais e comportamentais figuram em quarto lugar, responsáveis por 11,1% dos afastamentos.

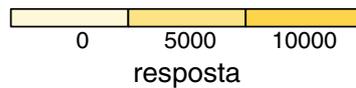
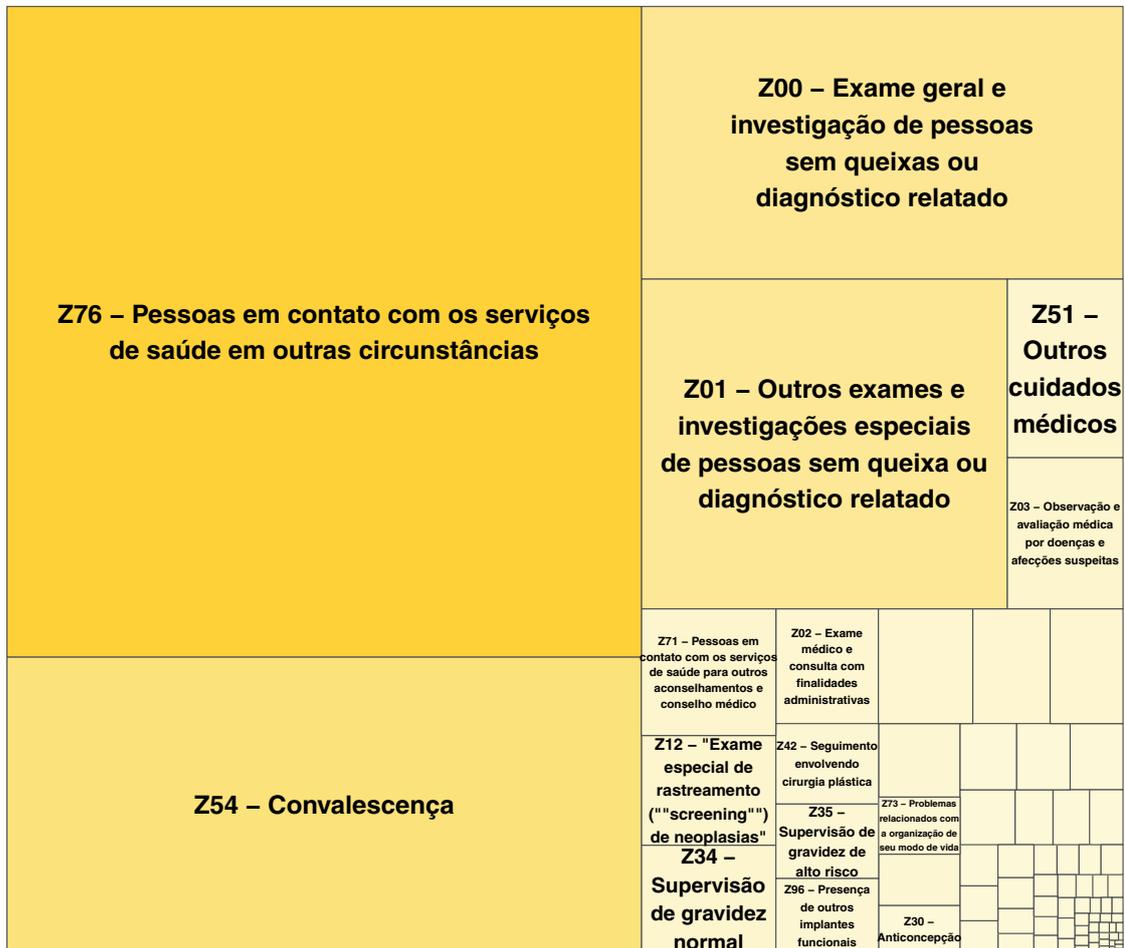


Tabela 2 - Ocorrências de afastamento por grupo de doenças em 2016 por ramo de Justiça

Grupo	Estadual		Trabalho		Eleitoral		Federal		Superiores		Militar		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Z - Fatores que influenciam o estado de saúde e contato com serviços de saúde	12.210	18,4%	5.230	16,9%	7.586	29,1%	3.482	19,8%	1.920	20,8%	31	14,8%	30.459	20,2%
M - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	9.009	13,5%	4.309	13,9%	2.332	8,9%	2.205	12,5%	1.272	13,8%	14	6,7%	19.141	12,7%
J - Doenças do aparelho respiratório	6.240	9,4%	4.468	14,4%	3.317	12,7%	2.376	13,5%	1.403	15,2%	22	10,5%	17.826	11,8%
F - Transtornos mentais e comportamentais	8.654	13,0%	3.236	10,4%	2.299	8,8%	1.738	9,9%	735	7,9%	8	3,8%	16.670	11,1%
H - Doenças do olho e anexos, do ouvido e da apófise mastoide	3.754	5,6%	1.684	5,4%	1.233	4,7%	1.131	6,4%	531	5,7%	23	11,0%	8.356	5,5%
A - Doenças infecciosas e parasitárias	3.526	5,3%	1.999	6,4%	1.415	5,4%	886	5,0%	455	4,9%	25	11,9%	8.306	5,5%
K - Doenças do aparelho digestivo	3.528	5,3%	1.763	5,7%	1.441	5,5%	1.165	6,6%	288	3,1%	20	9,5%	8.205	5,4%
R - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra categoria	3.340	5,0%	1.396	4,5%	1.006	3,9%	876	5,0%	665	7,2%	15	7,1%	7.298	4,8%
S - Lesões, envenenamento e consequências	2.863	4,3%	1.477	4,8%	914	3,5%	824	4,7%	530	5,7%	15	7,1%	6.623	4,4%
N - Doenças do aparelho geniturinário	2.463	3,7%	1.157	3,7%	1.078	4,1%	670	3,8%	309	3,3%	10	4,8%	5.687	3,8%
I - Doenças do aparelho circulatório	2.379	3,6%	955	3,1%	605	2,3%	431	2,4%	254	2,7%	2	1,0%	4.626	3,1%
O - Gravidez, parto e puerpério	1.988	3,0%	538	1,7%	625	2,4%	304	1,7%	126	1,4%	2	1,0%	3.583	2,4%
B - Doenças infecciosas e parasitárias	1.238	1,9%	744	2,4%	610	2,3%	261	1,5%	90	1,0%	7	3,3%	2.950	2,0%
G - Doenças do sistema nervoso	1.223	1,8%	553	1,8%	466	1,8%	268	1,5%	225	2,4%	3	1,4%	2.738	1,8%
C - Neoplasias (Tumores)	1.506	2,3%	474	1,5%	244	0,9%	336	1,9%	130	1,4%	4	1,9%	2.694	1,8%
L - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	730	1,1%	340	1,1%	319	1,2%	231	1,3%	133	1,4%		0,0%	1.753	1,2%
D - Neoplasias, doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e transtornos imunológicos	598	0,9%	264	0,9%	224	0,9%	167	0,9%	42	0,5%	5	2,4%	1.300	0,9%
E - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	724	1,1%	171	0,6%	218	0,8%	127	0,7%	44	0,5%	2	1,0%	1.286	0,9%
T - Lesões, envenenamento e consequências	388	0,6%	181	0,6%	119	0,5%	98	0,6%	78	0,8%	2	1,0%	866	0,6%
Q - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	66	0,1%	25	0,1%	9	0,0%	13	0,1%	3	0,0%		0,0%	116	0,1%
Y - Causas externas de morbidade e de mortalidade	34	0,1%	14	0,0%	7	0,0%	23	0,1%	7	0,1%		0,0%	85	0,1%
W - Causas externas de morbidade e de mortalidade	26	0,0%	14	0,0%	8	0,0%	12	0,1%	2	0,0%		0,0%	62	0,0%
V - Causas externas de morbidade e de mortalidade	34	0,1%	10	0,0%	7	0,0%	1	0,0%	5	0,1%		0,0%	57	0,0%
P - Afeções originadas no período perinatal	8	0,0%	9	0,0%	3	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	20	0,0%
X - Causas externas de morbidade e de mortalidade	7	0,0%	2	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	9	0,0%
<b>Total</b>	<b>66.536</b>	<b>100,0%</b>	<b>31.013</b>	<b>100,0%</b>	<b>26.085</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.625</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.247</b>	<b>100,0%</b>	<b>210</b>	<b>100,0%</b>	<b>150.716</b>	<b>100,0%</b>

As quatro categorias com maior incidência de afastamentos são detalhadas, a seguir, por códigos de doenças, conforme **Figura 2** à **Figura 5**. As figuras mostram as doenças mais expressivas e sua respectiva representatividade na categoria.

**Figura 2** – Categoria Z: ocorrências de afastamento por fatores que influenciam o estado de saúde e contato com serviços de saúde em 2016

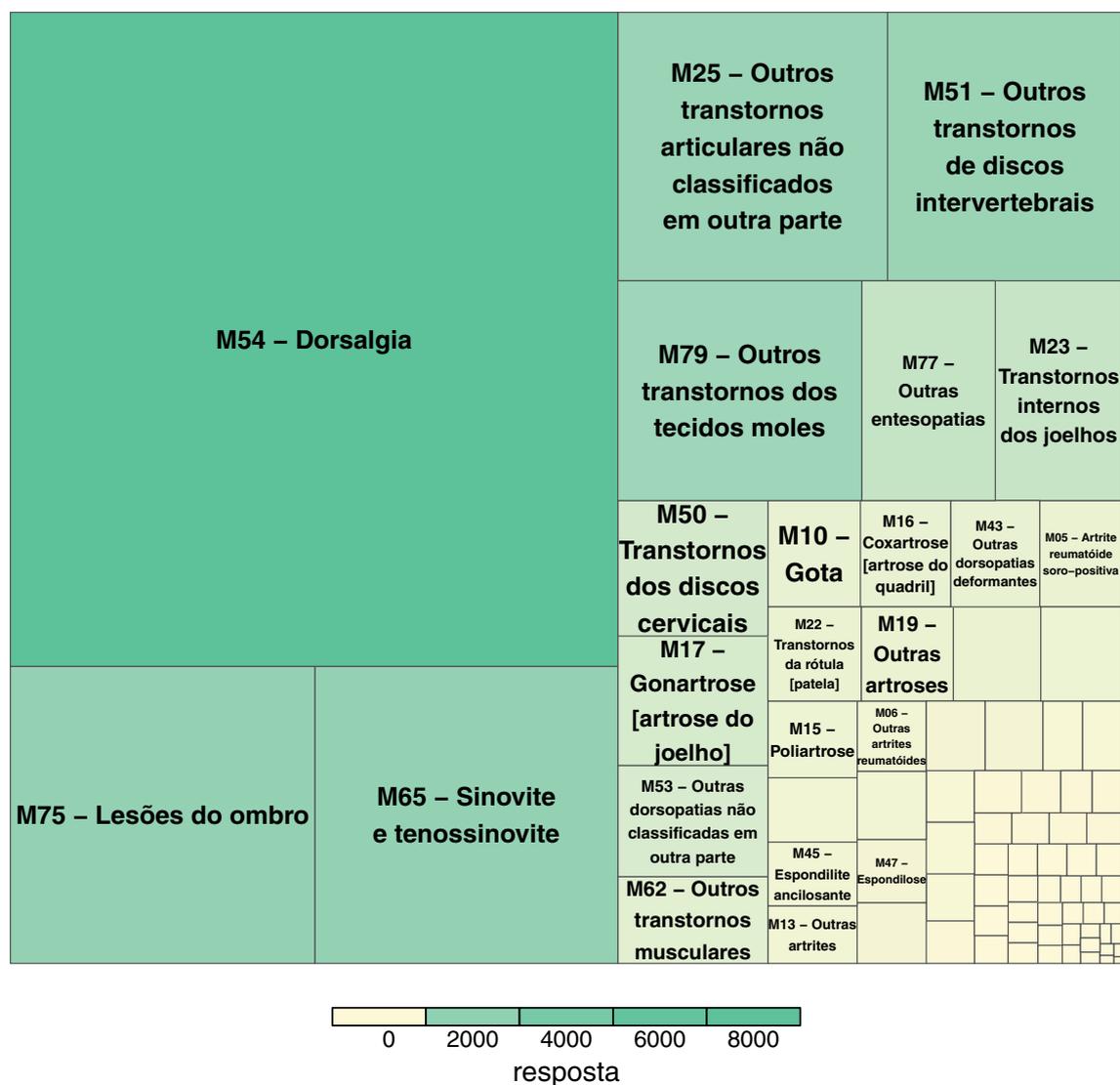


A utilização de serviços de saúde (categoria Z) aparece como a causa mais significativa pelas ausências por motivo de saúde, com 30.459 ocorrências e representando 20,2% do absenteísmo-doença. Ainda que essa categoria não se relacione diretamente a sinais e sintomas, requer atenção devido à sua representatividade nas ausências registradas em 2016.

O ramo de Justiça com maior percentual de ausências na categoria Z é a Justiça Eleitoral, com 29,1%. Os Tribunais Superiores representam 20,8%, a Justiça Federal 19,8%, a Justiça Estadual 18,4%, a Justiça do Trabalho 16,9%, e a Justiça Militar 14,8%.

OTJMG foi o tribunal com o maior número de ausências registradas na categoria Z, com 3.386 ocorrências. Seguido pelo TRF3, com 2.259 ausências e pelo TJMT, com 2.034 registros.

**Figura 3 – Categoria M: ocorrências de afastamento por doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo em 2016**

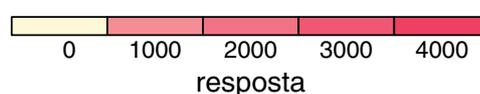
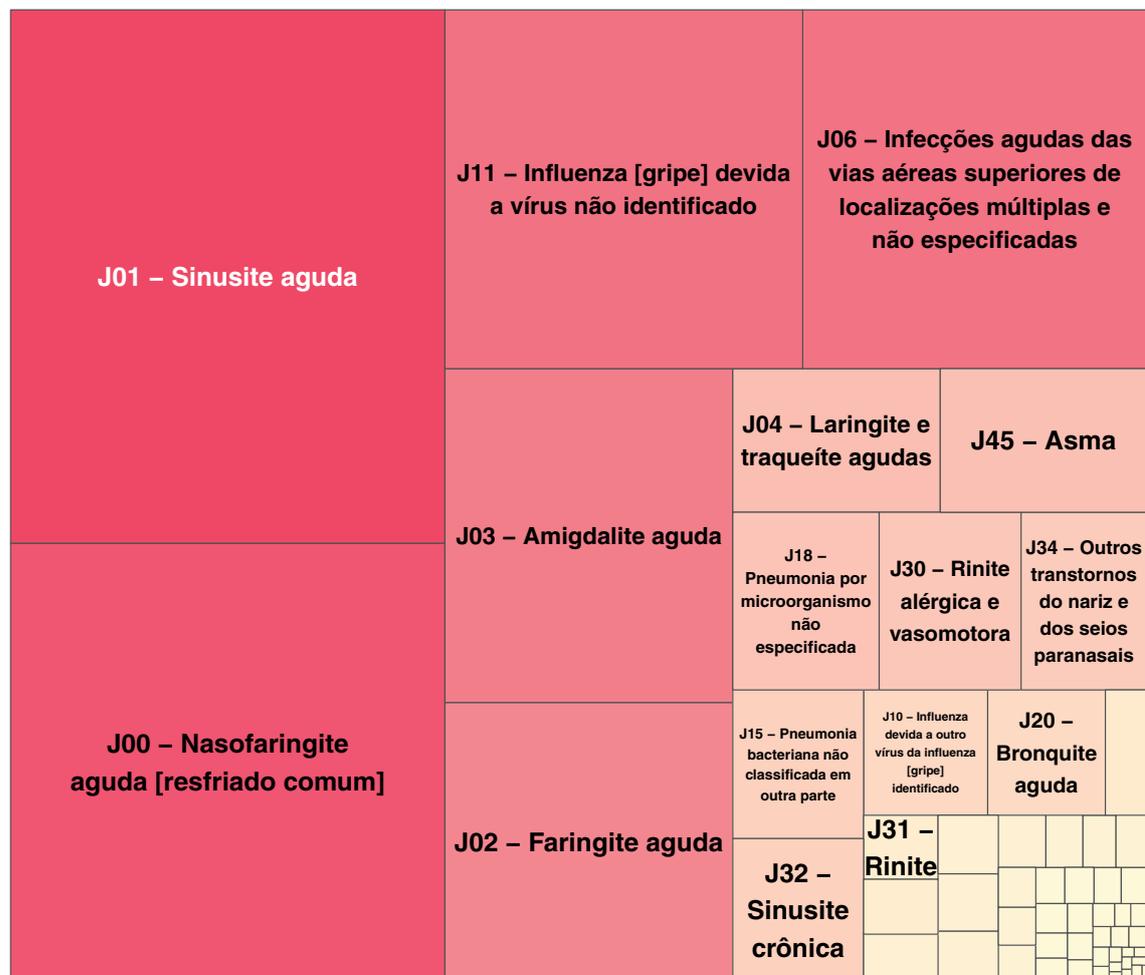


As doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (categoria M) é o segundo grupo de doenças mais representativo nas ausências de 2016, com 19.141

ocorrências e representando 12,7% do absenteísmo. A categoria consta no capítulo 13 da CID e diz respeito às doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.

A Justiça do Trabalho foi o ramo de Justiça com maior percentual de ausências motivadas por doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, com 13,9%. Os Tribunais Superiores apareceram com 13,8%, a Justiça Estadual com 13,5%, a Justiça Federal com 12,5%, a Justiça Eleitoral com 8,9% e, a Justiça Militar com 6,7%.

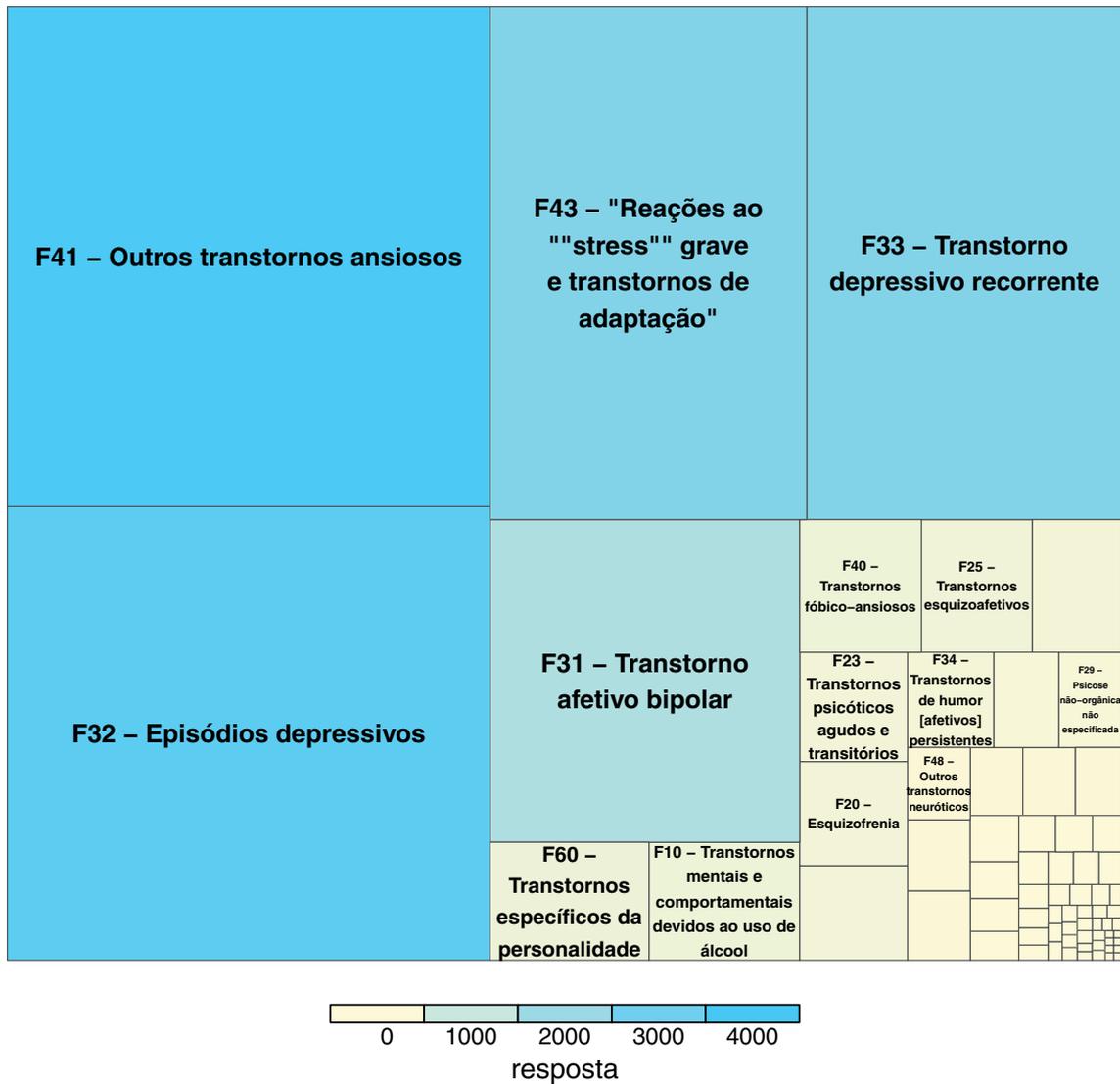
**Figura 4 – Categoria J: ocorrências de afastamento por doenças do aparelho respiratório em 2016**



As doenças do aparelho respiratório (categoria J), figuram como o terceiro grupo de doenças mais significativo nas ausências de 2016, com 17.826 ocorrências, respondendo por 11,8% do total do absenteísmo-doença.

Os Tribunais Superiores foram os mais representativos nas ausências da categoria J, com 15,2%. A Justiça do Trabalho aparece com 14,4%, a Justiça Federal com 13,5%, a Justiça Eleitoral com 12,7%, a Justiça Militar com 10,5% e a Justiça Estadual com 9,4%.

Figura 5 – Categoria F: ocorrências de afastamento por transtornos mentais e comportamentais em 2016



Os transtornos mentais e comportamentais (categoria F) é o quarto grupo de doenças mais expressivo nas ausências de 2016, com 17.826 ocorrências, correspondendo a 11,8% do absenteísmo-doença.

A Justiça Estadual foi o ramo de Justiça com maior percentual de ausências na categoria F, com 13,0%. A Justiça do Trabalho aparece com 10,4% das ausências, a Justiça Federal com 9,9%, a Justiça Eleitoral com 8,8%, os Tribunais Superiores com 7,9% e, a Justiça Militar com 3,8%.

## 4. REALIZAÇÃO DOS EXAMES PERIÓDICOS DE SAÚDE

A realização de exames médicos periódicos tem a finalidade de preservar a saúde dos magistrados e servidores e evitar doenças ocupacionais ou profissionais. Segundo os dados informados pelos tribunais, foram realizados 21.988 exames periódicos em 2016. Desses, 686 de magistrados e 21.302 referem-se a exames de servidores.

Segundo Art. 4º do Decreto Nº 6.856,

*Os exames médicos periódicos serão realizados conforme os seguintes intervalos de tempo:*

*I - bienal, para os servidores com idade entre dezoito e quarenta e cinco anos;*

*II - anual, para os servidores com idade acima de quarenta e cinco anos; e*

*III - anual ou em intervalos menores, para os servidores expostos a riscos que possam implicar o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional ou profissional e para os portadores de doenças crônicas.*

Com o objetivo de avaliar a aplicação do Art. 4, foi calculado o índice de realização de exames periódicos, considerando o ramo de Justiça, a função (magistrado e servidor) e a faixa etária, conforme apresentado na **Tabela 3**. Predominam índices abaixo de 50% independente da faixa de idade, função ou ramo<sup>14</sup>.

Os índices de realização do EPS por tribunal podem ser consultados no Apêndice 2 desse relatório. Os resultados, a seguir, revelam uma subnotificação da quantidade de exames médicos realizados. Consequentemente, não foi possível apurar o índice de realização do EPS para metade dos tribunais do Poder Judiciário.

Os tribunais com maiores percentuais de realização de exame médico foram: STJ (80,7%), TRE-DF (82,6%) e TRT24 (85,9%).

**Tabela 3** - Realização de exame periódico de saúde

	Magistrados		Servidores	
	Com até 45 anos de idade	Com mais de 45 anos de idade	Com até 45 anos de idade	Com mais de 45 anos de idade
<b>Estadual</b>	14%	11%	15%	8%
<b>Trabalho</b>	16%	21%	30%	42%
<b>Federal</b>	4%	6%	10%	13%
<b>Eleitoral</b>			16%	22%
<b>Superiores</b>	17%	5%	25%	51%
<b>Militar</b>	50%	30%	20%	18%
<b>Total</b>	<b>13%</b>	<b>15%</b>	<b>19%</b>	<b>21%</b>

Como dito anteriormente, foram realizados 21.398 exames periódicos em 2016. No entanto, somente em 13.561 (63,4%) foram informados os códigos CID das doenças registradas no exame periódico. A **Figura 6** e a **Tabela 4** expõem os dados relativos às ocorrências de exame periódico por CID em 2016.

<sup>14</sup> Para não distorcer as estatísticas sumárias por ramo de justiça, os tribunais que não informaram a quantidade de servidores e magistrados que realizaram exame periódico ou para a quantidade de servidores e magistrados por faixa de idade foram desconsiderados do cálculo de EPS por ramo.

A utilização de serviços de saúde (categoria Z) aparece em primeiro lugar nas ocorrências registradas na realização de exames periódicos, na proporção de 36,5% (4.945) dos exames.

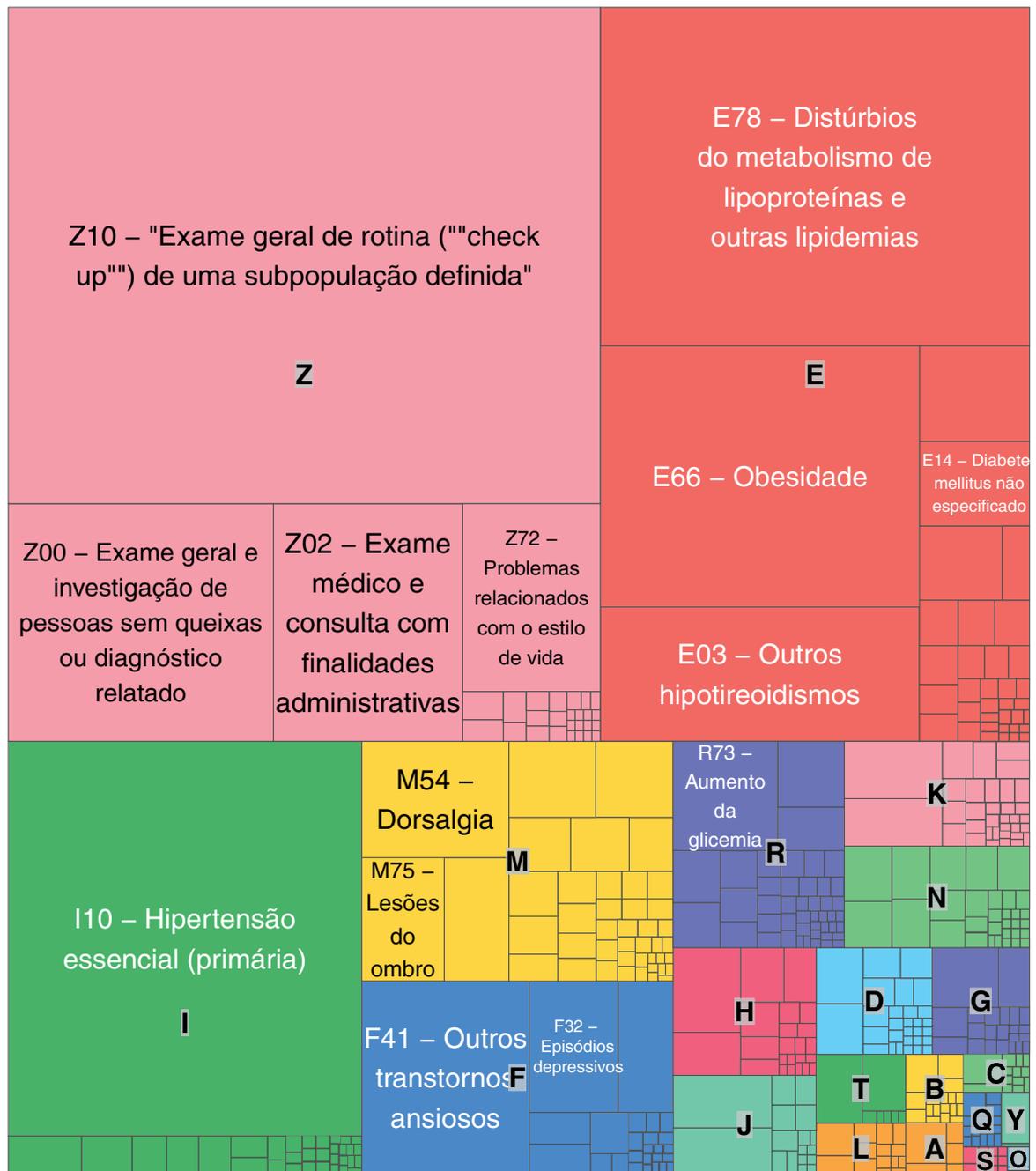
A segunda categoria, representando 26,4% (3.585) das ocorrências de exames periódicos, refere-se a doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas. Destacam-se nesse grupo, principalmente:

- Distúrbios do metabolismo de lipoproteínas e outras lipidemias, com 1.653 ocorrências;
- Obesidade, com 948 ocorrências;
- Outros hipotireoidismos, com 488 ocorrências.

As doenças do aparelho circulatório aparecem em terceiro lugar nos exames periódicos. A hipertensão essencial primária é a doença de maior incidência, com 1.587 ocorrências.

Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e transtornos mentais aparecem também entre as doenças mais frequentes apontadas nos exames médicos periódicos.

Figura 6 - Ocorrências de exame periódico por grupo de doenças em 2016



- |  |   |
|--|---|
| <span style="color: #FF9933;">■</span> A - Doenças infecciosas e parasitárias  | <span style="color: #FF9933;">■</span> L - Doenças da pele e do tecido subcutâneo   |
| <span style="color: #FFCC00;">■</span> B - Doenças infecciosas e parasitárias  | <span style="color: #FFCC00;">■</span> M - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo  |
| <span style="color: #33CC33;">■</span> C - Neoplasias (Tumores)  | <span style="color: #33CC33;">■</span> N - Doenças do aparelho geniturinário  |
| <span style="color: #0099CC;">■</span> D - Neoplasias, doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e transtornos imunológicos | <span style="color: #0099CC;">■</span> O - Gravidez, parto e puerpério  |
| <span style="color: #CC3333;">■</span> E - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas  | <span style="color: #CC3333;">■</span> P - Afeções originadas no período perinatal  |
| <span style="color: #3366CC;">■</span> F - Transtornos mentais e comportamentais   | <span style="color: #3366CC;">■</span> Q - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas  |
| <span style="color: #663399;">■</span> G - Doenças do sistema nervoso  | <span style="color: #663399;">■</span> R - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra categoria |
| <span style="color: #CC3366;">■</span> H - Doenças do olho e anexos, do ouvido e da apófise mastoide                             | <span style="color: #CC3366;">■</span> S - Lesões, envenenamento e consequências  |
| <span style="color: #33CC66;">■</span> I - Doenças do aparelho circulatório  | <span style="color: #33CC66;">■</span> T - Lesões, envenenamento e consequências  |
| <span style="color: #66CC99;">■</span> J - Doenças do aparelho respiratório  | <span style="color: #66CC99;">■</span> Y - Causas externas de morbidade e de mortalidade  |
| <span style="color: #CC6666;">■</span> K - Doenças do aparelho digestivo   | <span style="color: #CC6666;">■</span> Z - Fatores que influenciam o estado de saúde e contato com serviços de saúde                                    |

**Tabela 4 - Ocorrências de exame periódico segundo a classificação internacional de doenças (CID 10) em 2016**

Grupo	Quant.	%
Z - Fatores que influenciam o estado de saúde e contato com serviços de saúde	4.945	36,5%
E - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	3.585	26,4%
I - Doenças do aparelho circulatório	1.741	12,8%
M - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	850	6,3%
F - Transtornos mentais e comportamentais	684	5,0%
R - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra categoria	402	3,0%
K - Doenças do aparelho digestivo	221	1,6%
N - Doenças do aparelho geniturinário	214	1,6%
H - Doenças do olho e anexos, do ouvido e da apófise mastoide	208	1,5%
J - Doenças do aparelho respiratório	161	1,2%
D - Neoplasias, doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e transtornos imunológicos	141	1,0%
G - Doenças do sistema nervoso	118	0,9%
T - Lesões, envenenamento e consequências	70	0,5%
L - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	52	0,4%
B - Doenças infecciosas e parasitárias	45	0,3%
A - Doenças infecciosas e parasitárias	34	0,3%
C - Neoplasias (Tumores)	29	0,2%
Q - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	23	0,2%
Y - Causas externas de morbidade e de mortalidade	17	0,1%
S - Lesões, envenenamento e consequências	14	0,1%
O - Gravidez, parto e puerpério	6	0,0%
P - Afecções originadas no período perinatal	1	0,0%
<b>Total</b>	<b>13.561</b>	<b>100,0%</b>

A Justiça do Trabalho realizou a maior quantidade de exames periódicos do Poder Judiciário, foram 9.614 exames (43,7%). A Justiça Estadual informou que foram realizados 6.631 (30,2%) exames médicos. Os tribunais com o maior número de exames feitos foram TJMA (3.167), TRT3 (2.642), TJMG (2.221), STJ (1.594) e TRT5 (1.529).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da sistematização dos dados estatísticos estabelecidos no anexo da Resolução CNJ nº 207/2015, tem-se um primeiro mapeamento sobre dois aspectos relacionados à saúde dos magistrados e servidores do Poder Judiciário: o absenteísmo-doença e a realização do exame periódico de saúde.

Os resultados encontrados visam auxiliar os tribunais no direcionamento de ações relativas à promoção e à preservação da saúde dos magistrados e servidores do Poder Judiciário. Para identificar as potenciais áreas de atuação, foram observadas as doenças e as categorias de doenças mais expressivas responsáveis pelas abstenções por motivo de doença e nos exames periódicos de saúde.

Quanto à coleta dos dados, constatou-se considerável subnotificação, principalmente em relação ao registro do código CID no EPS. Consequentemente, não foi possível apurar o índice de realização do EPS para metade dos tribunais.

Observou-se que, à exceção dos Tribunais Superiores, todos os demais segmentos de Justiça apresentaram leve aumento nos percentuais de absenteísmo de magistrados em 2016. O maior índice de absenteísmo-doença de magistrados foi observado na Justiça Militar, com 2,5%.

O índice de absenteísmo-doença de servidores também registrou crescimento, ainda que pequeno, na maioria dos segmentos de Justiça. O menor índice foi o da Justiça Estadual, com 1,9%, e o maior, da Justiça Federal, com 2,8%.

As ocorrências relativas ao absenteísmo-doença concentram-se nas categorias Z, M, J e F, que representam juntas 55,8%. A categoria Z é a mais frequente, seguida das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M). Em terceiro lugar aparecem doenças do aparelho respiratório (J). Os transtornos mentais e comportamentais (F) figuram em quarto lugar, respondendo por 11,1% dos afastamentos.

Em 2016, foram realizados 21.398 exames periódicos. No entanto, somente em 13.561 (63,4%) foram informados os códigos CID das doenças. Em suma, predominam índices de realização do EPS abaixo de 50%, independente da faixa de idade, função ou ramo. Os tribunais com maiores percentuais de realização de exame médico foram: STJ (80,7%), TRE-DF (82,6%) e TRT24 (85,9%).

A categoria Z, relativa a fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com serviços de saúde, também aparece em primeiro lugar nas ocorrências registradas na realização de exames periódicos, com 36,5% (4.945) dos exames. A segunda categoria, com 26,4% (3.585) das ocorrências nos exames periódicos, refere-se a doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (categoria E).

As doenças do aparelho circulatório (categoria I) aparecem em terceiro lugar. A hipertensão essencial primária é a doença com maior incidência nesse grupo, com 1.587 ocorrências. Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e transtornos mentais aparecem também entre as doenças mais frequentes apontadas nos exames médicos periódicos.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ nº 207**, de 15 de outubro de 2015. Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3011>>. Acesso em: 2 out. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.856**, de 25 de maio de 2009. Regulamenta o art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6856.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6856.htm)>. Acesso em: 2 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Cid-10**: Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1999. 1 v.

SALA, Arnaldo; et al . Licenças médicas entre trabalhadores da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo no ano de 2004. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 2168-2178, out. 2009 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2009001000008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001000008) >. Acesso em: 5 de outubro de 2017.

## APÊNDICE 1 – Índice de absenteísmo por tribunal

Tabela 5 - Índice de absenteísmo por tribunal

	Tribunal	Magistrados		Servidores	
		2015	2016	2015	2016
Eleitoral	TRE-AC				
	TRE-AL	0,0%		2,9%	4,2%
	TRE-AM				
	TRE-AP		0,0%		2,3%
	TRE-BA				
	TRE-CE		0,0%		3,5%
	TRE-DF			3,8%	3,6%
	TRE-ES			2,0%	2,1%
	TRE-GO				
	TRE-MA				2,3%
	TRE-MG				2,2%
	TRE-MS			2,9%	2,8%
	TRE-MT			0,5%	3,2%
	TRE-PA				2,2%
	TRE-PB		0,0%	4,7%	3,0%
	TRE-PR				
	TRE-PE				1,6%
	TRE-PI			1,1%	
	TRE-RJ			2,1%	2,6%
	TRE-RN				2,7%
	TRE-RO				3,2%
	TRE-RR				
	TRE-RS	0,0%	0,0%	2,4%	2,9%
	TRE-SC			3,4%	3,4%
	TRE-SE	0,0%	0,0%	2,3%	2,7%
	TRE-SP			2,9%	1,4%
TRE-TO			1,6%	1,7%	

	Tribunal	Magistrados		Servidores	
		2015	2016	2015	2016
<b>Estadual</b>	TJAC		20,0%		0,7%
	TJAL	1,7%	1,9%	1,9%	1,9%
	TJAM	0,7%	0,0%	1,8%	0,0%
	TJAP	0,3%	1,7%	0,3%	0,3%
	TJBA	1,8%	3,3%	2,0%	6,3%
	TJCE		1,7%		3,2%
	TJDFT	2,0%	2,1%	2,5%	2,7%
	TJES	1,4%	1,6%	2,4%	2,1%
	TJGO		1,1%		0,9%
	TJMA	1,3%	0,9%	1,3%	0,9%
	TJMT	2,6%	2,5%	2,4%	0,4%
	TJMS	1,2%	0,9%	2,1%	0,1%
	TJMG	1,6%	1,4%	0,4%	2,6%
	TJPA	2,9%	6,1%	3,4%	4,7%
	TJPB	1,3%	1,8%	2,5%	2,7%
	TJPR	1,6%		0,9%	
	TJPE	0,9%	0,7%	1,0%	1,1%
	TJPI	0,9%		1,0%	
	TJRJ	0,5%	1,6%	2,0%	2,4%
	TJRN		1,1%		2,5%
	TJRS	0,9%	1,2%	1,2%	1,8%
	TJRO		2,2%		3,3%
	TJRR	2,7%	3,3%	1,8%	1,9%
	TJSC	1,3%	0,6%	2,4%	2,5%
	TJSP	0,5%	0,6%	1,3%	1,2%
	TJSE	0,9%		1,5%	
	TJTO	2,1%	1,8%	1,7%	2,0%
	<b>Federal</b>	TRF1		4,3%	
TRF2		1,0%	1,0%	3,6%	3,8%
TRF3		0,9%	1,0%	2,8%	2,6%
TRF4			0,7%		2,3%
TRF5		0,5%	0,0%	1,8%	2,9%
<b>Militar</b>	TJMMG	1,1%	4,4%	2,1%	2,3%
	TJMRS	0,9%	0,8%	1,2%	2,9%
	TJMSP	0,0%	0,0%	1,7%	1,7%
<b>Superiores</b>	STJ		0,2%	2,9%	2,8%
	STM	2,7%	1,4%	0,9%	0,9%
	TSE				
	TST	1,2%	3,3%	3,4%	2,8%

	Tribunal	Magistrados		Servidores	
		2015	2016	2015	2016
<b>Trabalho</b>	TRT1	1,2%	2,6%	1,7%	2,7%
	TRT2	1,6%	3,4%	1,5%	3,1%
	TRT3		2,7%		2,8%
	TRT4	1,1%	1,0%	1,8%	1,9%
	TRT5	2,3%	2,4%	2,0%	2,0%
	TRT6	2,7%	2,1%	2,5%	2,1%
	TRT7	2,9%		4,6%	
	TRT8	4,0%		3,1%	
	TRT9	1,6%	2,3%	1,6%	1,7%
	TRT10	2,7%	3,9%	3,8%	2,8%
	TRT11	4,3%	2,9%	2,8%	2,8%
	TRT12	2,5%	2,6%	3,9%	3,8%
	TRT13	2,1%	1,8%	3,1%	2,8%
	TRT14	1,7%	1,2%	8,4%	2,5%
	TRT17	2,4%	2,5%	2,4%	2,5%
	TRT18	0,5%	0,1%	0,6%	1,0%
	TRT19	1,2%	1,0%	3,3%	2,9%
	TRT20	1,7%	1,8%	2,8%	2,8%
	TRT21	3,1%	2,1%	2,9%	3,4%
	TRT22	0,4%		1,3%	
	TRT23	3,0%	1,5%	3,3%	2,7%
	TRT24		1,6%		3,1%

## APÊNDICE 2 – Índice de realização do EPS por tribunal

Tabela 6 – Índice de Realização de exame periódico de saúde por tribunal

	Tribunal	Magistrados		Servidores	
		Com até 45 anos de idade	Com mais de 45 anos de idade	Com até 45 anos de idade	Com mais de 45 anos de idade
Eleitoral	TRE-AC				
	TRE-AL			21,3%	18,4%
	TRE-AM				
	TRE-AP	0,0%	0,0%	24,4%	30,9%
	TRE-BA				
	TRE-CE	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TRE-DF			65,5%	82,6%
	TRE-ES			5,6%	8,1%
	TRE-GO				
	TRE-MA			14,7%	15,5%
	TRE-MG			0,0%	32,8%
	TRE-MS			2,7%	3,2%
	TRE-MT			5,8%	51,1%
	TRE-PA			0,0%	14,5%
	TRE-PB	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TRE-PE			0,0%	5,4%
	TRE-PI				
	TRE-PR				
	TRE-RJ			0,0%	0,0%
	TRE-RN			10,2%	10,3%
	TRE-RO			30,4%	22,4%
	TRE-RR				
	TRE-RS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TRE-SC			27,6%	62,3%
	TRE-SE	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TRE-SP			11,5%	10,3%
	TRE-TO			32,2%	59,9%

	Tribunal	Magistrados		Servidores	
		Com até 45 anos de idade	Com mais de 45 anos de idade	Com até 45 anos de idade	Com mais de 45 anos de idade
Estadual	TJAC	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJAL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJAM	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJAP	0,0%	0,0%	4,4%	10,5%
	TJBA				
	TJCE	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJDFT	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJES	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJGO	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJMA	47,9%	44,9%	61,6%	43,6%
	TJMG	4,4%	3,7%	14,3%	15,2%
	TJMS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJMT	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJPA	0,5%	1,4%	1,0%	1,7%
	TJPB	13,5%	4,4%	12,1%	8,1%
	TJPE	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJPI				
	TJPR				
	TJRJ	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
	TJRN	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJRO	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJRR	56,5%	38,5%	64,9%	54,1%
	TJRS	0,0%	0,9%	0,7%	0,9%
	TJSC	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJSE				
	TJSP	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJTO	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Federal	TRF1	0,0%	15,4%	0,0%
TRF2		0,0%	1,7%	5,4%	12,3%
TRF3		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TRF4		3,9%	5,8%	12,9%	12,1%
TRF5		0,0%	33,3%	11,6%	23,8%
Militar	TJMMG	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TJMRS	50,0%	30,0%	20,0%	17,9%
	TJMSP	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Superiores	STJ	16,7%	5,1%	34,7%	80,7%
	STM	0,0%	10,8%	1,4%	26,1%
	TSE				
	TST		41,2%	24,2%	31,2%

	Tribunal	Magistrados		Servidores	
		Com até 45 anos de idade	Com mais de 45 anos de idade	Com até 45 anos de idade	Com mais de 45 anos de idade
Trabalho	TRT1	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TRT2	2,8%	6,6%	4,3%	7,9%
	TRT3	16,6%	23,2%	65,1%	67,8%
	TRT4	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TRT5	51,0%	66,4%	48,1%	69,6%
	TRT6	14,7%	3,6%	23,6%	11,5%
	TRT7				
	TRT8				
	TRT9	6,5%	3,3%	25,6%	28,6%
	TRT10	35,6%	53,3%	49,8%	57,0%
	TRT11	38,1%	14,3%	39,5%	23,0%
	TRT12	14,3%	13,4%	36,2%	71,4%
	TRT13	22,7%	35,4%	71,1%	77,2%
	TRT14	0,0%	7,4%	0,0%	35,6%
	TRT15				
	TRT16				
	TRT17	0,0%	3,9%	10,9%	6,1%
	TRT18	3,9%	15,8%	11,1%	12,8%
	TRT19	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TRT20	15,4%	16,7%	51,5%	77,0%
	TRT21	10,3%	14,8%	36,7%	37,7%
	TRT22				
	TRT23	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	TRT24	12,1%	46,7%	10,0%	85,9%

## APÊNDICE 3 – Absenteísmo por doença em 2016

Tabela 7 - Absenteísmo por doença em 2016

	Afastamentos por código CID	Quant.	%
1	Z76 - Pessoas em contato com os serviços de saúde em outras circunstâncias	11.901	7,9%
2	M54 - Dorsalgia	7.193	4,8%
3	Z54 - Convalescença	5.413	3,6%
4	A09 - Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível	4.665	3,1%
5	Z00 - Exame geral e investigação de pessoas sem queixas ou diagnóstico relatado	3.787	2,5%
6	F41 - Outros transtornos ansiosos	3.783	2,5%
7	J01 - Sinusite aguda	3.740	2,5%
8	Z01 - Outros exames e investigações especiais de pessoas sem queixa ou diagnóstico relatado	3.481	2,3%
9	F32 - Episódios depressivos	3.433	2,3%
10	J00 - Nasofaringite aguda [resfriado comum]	3.074	2,0%
11	F43 - "Reações ao "stress" grave e transtornos de adaptação"	2.547	1,7%
12	H10 - Conjuntivite	2.544	1,7%
13	F33 - Transtorno depressivo recorrente	2.538	1,7%
14	R10 - Dor abdominal e pélvica	2.409	1,6%
15	A90 - Dengue [dengue clássico]	2.154	1,4%
16	J11 - Influenza [gripe] devida a vírus não identificado	2.072	1,4%
17	J06 - Infecções agudas das vias aéreas superiores de localizações múltiplas e não especificadas	1.994	1,3%
18	B34 - Doenças por vírus	1.783	1,2%
19	M75 - Lesões do ombro	1.636	1,1%
20	M65 - Sinovite e tenossinovite	1.628	1,1%
21	F31 - Transtorno afetivo bipolar	1.567	1,0%
22	J03 - Amigdalite aguda	1.551	1,0%
23	I10 - Hipertensão essencial (primária)	1.454	1,0%
24	M25 - Outros transtornos articulares não classificados em outra parte	1.311	0,9%
25	J02 - Faringite aguda	1.297	0,9%
26	K08 - Outros transtornos dos dentes e de suas estruturas de sustentação	1.231	0,8%
27	G43 - Enxaqueca	1.230	0,8%
28	C50 - Neoplasia maligna da mama	1.209	0,8%
29	M51 - Outros transtornos de discos intervertebrais	1.141	0,8%
30	S93 - Luxação	1.079	0,7%



[www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)